

Incubadoras de empreendimentos solidários em Nova Iguaçu: viabilidade e perspectivas de implantação

**Rogério da Silva Rocha – (UniverCidade, Faculdades São Camilo e Secretaria
Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES) da Prefeitura da Cidade
de Nova Iguaçu)
Emerson Araújo (UFRRJ e PCNI/SEMDES)
Fabiano Costa – (UFRJ e PCNI/SEMDES)**

Abstract

The difficulties and the requirements are several that the work market presents for a great parcel of the population of the country. For many, the insertion in the world of the work, or its reinsertion, it has become each more difficult. It is a fact that, the biggest parcel of these workers hardly will get to be part of the market of formal workers in the molds of long ago, Based in changes occurred in the work relations to take care of the expectations of Global Economy. All these difficulties are also found in “Nova Iguaçu”, pertaining city to the Metropolitan Region of the State of Rio De Janeiro. This way, it is for these workers who the solidary economy exists. Amongst the instruments of solidary economy we can mention the incubators of popular enterprises and the technological incubators of popular cooperatives that are coming back to promote the local economic development for the social inclusion of diverse workers. The incubators are organized in form to take care of to the necessities of the local population following the cooperativists principles and a self management with sights to supply the deficit of generate formal jobs. Its implementation, in general occurred in the Universities, can and must be fomented by the organized society civil, or same for the governmental organisms as form of Public Politics.

Keywords: public politics, work generation and income, solidary economy, social technology, incubators

Resumo

São várias as dificuldades e as exigências que o mercado de trabalho apresenta para uma grande parcela da população do país. Para muitos, a inserção no mundo do trabalho, ou sua reinserção, tem se tornado cada vez mais problemática. É fato que, hodiernamente, a maior parcela desses trabalhadores dificilmente conseguirá fazer parte do mercado de trabalho formal nos moldes de outrora, dadas as mudanças ocorridas nas relações de trabalho para atender às expectativas da Economia Globalizada. Todas essas dificuldades são encontradas também em Nova Iguaçu, município pertencente à Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Desta forma, é para esses trabalhadores que a economia solidária existe. Dentre os instrumentos de economia solidária podemos citar as incubadoras de empreendimentos populares e as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares que são voltadas para promover o desenvolvimento econômico local pela inclusão social de diversos trabalhadores. As incubadoras são organizadas de forma a atender às necessidades da população local seguindo os princípios cooperativistas e de autogestão com vistas a suprir o déficit de geração de empregos formais. Sua implementação, em geral ocorrida nas Universidades, pode e deve ser fomentada pela sociedade civil organizada, ou mesmo pelos organismos governamentais como forma de Política Pública.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária, Incubadoras Populares, Tecnologia Social.

1. Um breve histórico do Município

A Cidade de Nova Iguaçu está situada na micro-região da Baixada Fluminense que está inserida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) composta por vinte municípios.

De acordo com dados da Fundação CIDE (2004), o Produto Interno Bruto (PIB) de Nova Iguaçu, em 2004, foi cerca de R\$ 4,1 bilhões, representando o décimo maior do Estado do Rio de Janeiro. Sua população estimada em 2005 é de 830.902 habitantes (IBGE, 2006) – que corresponde a 7,0% do contingente da RMRJ, com uma proporção de 93,8 homens para cada 100 mulheres, segundo estudo socioeconômico elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – sendo, portanto, a segunda maior da Baixada Fluminense.

Nova Iguaçu possui várias potencialidades econômicas, com uma razoável infra-estrutura, em parte facilitada por sua excelente localização geográfica: é cortada pela Rodovia Presidente Dutra que liga as duas maiores capitais do Brasil; está integrada pelo sistema viário e ferroviário com a capital; e a conclusão do Anel Rodoviário, que ligará o Porto de Itaguaí a todos os municípios da Região Metropolitana, trará muitos investimentos para a região.

Contudo, o município apresenta uma série de problemas, sobretudo quanto aos indicadores relativos ao mercado de trabalho, com uma taxa de desemprego de 22,4% da População Economicamente Ativa (PEA) (IBGE, 2000), muito acima da média nacional que é de 10,6% (IBGE, 2006). Estima-se que parte considerável da população trabalhe no setor informal. Nesse contexto, a Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu está agindo no intuito de contornar essa situação de risco social provocada pelos altos índices de desemprego e informalidade, através da promoção de trabalho e renda para suprir a deficiência de uma oferta de empregos formais que contemple grande parte da população que hoje está fora do mercado de trabalho.

Dados	Total
Pessoas residentes - resultados da amostra	754.756 hab.
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo	45.594 hab.
População Estimada em julho de 2005	830.902 hab.
Área da unidade territorial	524 km ²
PIB de Nova Iguaçu em 2004 (em Bilhões de Reais)	4,1

Fonte: Censo Populacional (IBGE, 2000), Fundação CIDE

Tabela 1 – Informações Estatísticas de Nova Iguaçu – Censo 2000

2. Indicadores Sociais e Econômicos

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Nova Iguaçu apresenta um IDH de 0,762 e a esperança de vida ao nascer de um iguaçuano é de aproximadamente 68 anos. Apesar de apresentar uma taxa de natalidade de 17,5 o município apresenta uma taxa de mortalidade infantil elevada: 22,7. O Grau de Concentração de Renda do Município (índice de Gini) é de 0,53 e o Índice de Qualidade do Município (IQM) é igual a 0,4053, o que classifica a cidade em 16º lugar em relação aos outros municípios do Estado.

Segundo o IBGE (censo 2000), Nova Iguaçu possuía uma População Economicamente Ativa (PEA) de 411.531 pessoas, onde 322.305 encontravam-se ocupadas. Deste total de pessoas ocupadas podemos observar que a maior parte encontra-se no mercado informal de trabalho, pois segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2004) do Ministério do Trabalho e Emprego apenas 66.541 possuíam vínculo empregatício, ou seja, trabalho com carteira assinada. A taxa de desemprego medida pelo Censo 2000 foi de 22,6%.

Verifica-se uma taxa de desemprego alta para uma PEA também crescente, o que não alivia a

pressão da oferta de mão-de-obra sobre a taxa de desemprego. Não se podem comparar estas estatísticas da pesquisa realizada em 2000 com o número de postos de trabalho criados em 2004 no município, entretanto, é possível visualizarmos, ao menos, a necessidade de crescimento cada vez maior de postos de trabalho para acompanhar o crescimento da população economicamente ativa. Dessa forma, apesar da defasagem nos anos em que as pesquisas foram feitas, observamos um abismo muito grande entre o número de trabalhadores empregados formalmente em 2004 e o número da PEA do município em 2000.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) existem no município 43.103 famílias que vivem abaixo da linha da pobreza e a proporção de pobres chega a 21%.

Indicadores	Total	Fonte
População Economicamente Ativa (PEA) em 2000	411.531	IBGE
Pessoas Ocupadas em 2000	322.305	IBGE
Trabalhadores com Carteira Assinada em 2004	66.541	RAIS
Pessoas Linha Pobreza em 2001	168.100	MDS
Famílias Linha Pobreza em 2001	43.103	MDS
Proporção pobres em 2001	21%	MDS

Tabela 2 – Indicadores de Trabalho

Apesar das altas taxas de desemprego, o crescimento do emprego formal pode ser observado através dos dados da RAIS, divulgada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, uma vez que o universo das empresas geradoras de emprego declara informações sobre suas atividades e a situação ocupacional de seus empregados. Os resultados da RAIS – de 2003 para 2004 – revelaram aumento de 2.232 postos de trabalho divididos pelos Grandes Setores do IBGE: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços, Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca em Nova Iguaçu, correspondendo a uma variação de 3,5% de um ano para outro.

Um aspecto a ser destacado foi a contração no número de postos de trabalho na Indústria de maneira geral. Foram 1.013 postos perdidos de 2003 para 2004 no município. Outro setor que tem elevado potencial de expansão e que é um forte sinalizador do crescimento de uma economia é o da Construção Civil que, certamente, pode gerar enorme quantidade de empregos, apesar de sua característica sazonal ocasionada por fatores com reflexos da economia nacional. Em 2004, foram registrados 2.707 empregos com carteira assinada neste setor, revelando crescimento de 3,9%.

Quanto ao perfil do trabalhador do município de Nova Iguaçu, observamos que a maior parte ainda é preenchida por homens que representam aproximadamente 59% do total de 66.541, em 2004, segundo a RAIS do ano em questão, porém o número de mulheres tem crescido a cada ano. Entretanto, apesar do número de homens empregados no mercado de trabalho formal no município ser maior que o número de mulheres, observamos que a quantidade de mulheres com ensino médio completo, superior incompleto e completo é de 17.484 em 2004, enquanto o número de homens é de 13.148. Vale destacar que a maioria dos trabalhadores masculinos possui o ensino fundamental completo, enquanto a maioria das mulheres encontra-se com o ensino médio completo em todo o período analisado. Ou seja, a cada ano as mulheres estão com nível de escolaridade superior aos homens.

Sobre a quantidade de estabelecimentos do município, Nova Iguaçu possui no total 5.382 Empresas. Quanto ao tamanho dos estabelecimentos: 4.298 são consideradas Micro Empresas, 877 pequenas, 199 médias e apenas 8 são consideradas Grandes Empresas no município.

3. Incubadoras

O movimento de incubadoras de empresas surge no Brasil no início da década de 80, através

do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em conjunto com agências de fomento como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Basicamente, visava o desenvolvimento de tecnologias capazes de dar suporte a empresas de base tecnológica e sua atuação estava concentrada nas Universidades (SOUZA, 2003).

Segundo dados do Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas (MCT, 2000), embora as pequenas e médias empresas representem cerca de 98% das empresas existentes; empreguem 60% da PEA; e gerem 42% da renda produzida no setor industrial, contribuindo com 21% do Produto Interno Bruto (PIB), o índice de mortalidades destas aqui no Brasil é altíssimo: mais da metade, 56%, fecham as portas até o seu terceiro ano de vida.

Estatísticas sobre incubadoras americanas e européias indicam que a taxa de mortalidade entre empresas que passam pelo processo de incubação é reduzida a 20%, enquanto que as empresas nascidas fora do ambiente de incubadora atingem o índice de 70%. Aqui no Brasil não é diferente. A estimativa feita pelo SEBRAE aponta que os índices de mortalidade diminuem quando as micro, pequenas e médias empresas passam pelas incubadoras. Para as nascidas fora desse ambiente, a taxa de mortalidade pode chegar a 80% antes de completarem o primeiro ano de funcionamento.

Dada a importância da questão, vemos o conceito de incubadoras de Empresas que, segundo o SEBRAE, trata-se de um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas (industriais, de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves), oferecendo suporte técnico, gerencial e formação complementar do empreendedor. A incubadora também facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica nas micro, pequenas e médias empresas. Em geral, as incubadoras dispõem de um espaço físico especialmente construído ou adaptado para alojar temporariamente micro e pequenas empresas e oferecer uma série de serviços, tais como: cursos de capacitação gerencial, assessorias, consultorias, orientação na elaboração de projetos a instituições de fomento, serviços administrativos, acesso a informações etc.

Dentre as principais razões que levam a mortalidades dessas empresas estão: problemas gerenciais, dificuldades burocráticas (legislação complexa, exigente, que acarreta altos custos tributários e de comercialização); dificuldades com a concorrência para os micro e pequenos empresários que atuam em mercados oligopolizados, onde grandes empresas ditam prazos e condições de pagamentos para a aquisição de produtos e fornecimento de insumos; elevadas taxas de juros sobre os empréstimos (superiores às pagas pelas grandes empresas); bem como as exigências dos financiadores por garantias reais (inviáveis para o acesso de crédito pelo micro e pequeno empresário). Para completar o quadro de dificuldades há um entrave no acesso a tecnologias no processo de produção.

“Neste contexto, nem todas as incubadoras assumem esse foco capitalista; existem outras com objetivos diferentes - é o caso das Incubadoras de Empreendimentos de Economia Popular Solidária, que segundo Andrade (*apud* Rocha, 2004), são projetos de acompanhamento e assessoria a empreendimentos coletivos organizados por pessoas que estão em situação de desemprego, trabalhando na informalidade, em associações e cooperativas que gerem trabalho e renda de forma solidária para seus integrantes”.

A principal razão para se implementar uma Incubadora é colaborar para o fortalecimento de empreendimentos através de formação técnica, transferência de tecnologia, entre outros mecanismos que contribuam para a redução do índice de mortalidade dos empreendimentos. Com isto, o conceito estende-se para a geração de renda de empreendimentos populares, através de incubadoras específicas, como é o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE (ITCP/ COPPE), que contribuem para redução das disparidades no

campo econômico e social, além de movimentarem a economia e gerarem mais postos de trabalho. Ou seja, trata-se de uma forma alternativa de geração de trabalho e renda tendo em vista a velocidade com que tem crescido a exclusão social e a sua permanência no cenário do país em função dos altos índices de desemprego no mercado formal de trabalho. “Entendidas como formas de organização da produção, do consumo e do crédito feitas de forma democrática são, portanto, possuídas e geridas por seus trabalhadores e tem o trabalho como fator de produção prioritário neste tipo de organização” (ROCHA, 2004).

Em geral, no Brasil, as incubadoras estão instaladas nas universidades com o propósito de diminuir a mortalidade das empresas. O mesmo ocorre com os empreendimentos solidários, pois a primeira incubadora para este setor (ITCP/ COPPE) surgiu em 1996 numa Universidade, a UFRJ. Até o ano de 2003 havia 21 universidades brasileiras gerenciando este tipo de incubadora. Há hoje algumas iniciativas por parte de Organizações do Terceiro Setor que estão disponibilizando, através de parcerias com empresas e instituições governamentais, os mesmos serviços para empreendedores populares, com o objetivo de capacitá-los para que seus negócios se tornem sustentáveis. Todo este sistema abrange as técnicas administrativas consolidadas, além de conceitos de Economia Solidária, como a auto-gestão.

Basicamente, a diferença entre incubadoras de base tecnológica e incubadoras de base popular se dá no foco de atuação e na perspectiva de mudanças, ou seja, enquanto naquelas são viabilizadas iniciativas que permitam o desenvolvimento de tecnologias de ponta, nestas há o interesse de promover a minimização dos índices de desemprego, resgate da cidadania e o desenvolvimento de tecnologias alternativas (SOUZA, 2003).

Em Nova Iguaçu estão sendo implantadas duas incubadoras: A Incubadora de Empreendimentos Populares e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES).

4. Necessidade da Implantação de uma Incubadora Popular

O cenário econômico do Brasil, ainda demonstra fragilidade quanto à geração de novos postos de trabalho que atendam à demanda da grande parcela da população que se encontra em situação de desemprego. A grande dificuldade para a geração de empregos com vínculos, no contexto exposto, permitiu o enfoque em outras iniciativas que passaram, sobretudo, pela Economia Solidária na tentativa de recuperar a auto-estima desta massa de desempregados que se encontra alijada tanto economicamente, por não participarem dos meios de produção, quanto socialmente, já que a exclusão econômica não permite sua inserção em outras áreas como educação, cultura, lazer, etc. O governo federal criou, inclusive, uma secretaria especial (Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego) que cuida destes assuntos, com intuito de fomentar essas ações.

Na esfera municipal, as dificuldades para a promoção de emprego e renda aumentam em função da diminuta estrutura administrativa que não consegue acompanhar as variações da economia, além de não conseguir angariar grande volume de investimentos e atração de empresas que promovam uma mudança significativa do quadro deficitário de empregos formais. Contudo, ações no sentido de diminuir estes problemas estão sendo tomadas em Nova Iguaçu, como a intermediação de mão-de-obra e capacitação dos trabalhadores desempregados a fim de qualificá-los para inseri-los novamente no mercado formal de trabalho, além de políticas de atração de investimentos públicos e privados.

Do ponto de vista da Economia Solidária, o apoio à consolidação de empreendimentos populares e cooperativas populares está ganhando espaço na agenda do governo municipal como uma das práticas de geração de renda, ou seja, uma política pública com enfoque nos pequenos empreendedores do município. As incubadoras que estão sendo implantadas em

Nova Iguaçu buscam, entre outros aspectos, construir um movimento de empreendedorismo por parte dos pequenos empreendedores e daqueles trabalhadores individuais para que estes consigam sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho de forma sustentável. Além disso, nesse processo, é essencial que os trabalhadores alcancem a auto-gestão e a emancipação social e econômica com a colaboração das incubadoras para que não acabem se atrelando à rede assistencialista de algumas políticas sociais.

Rocha (2004) ressalta que “é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana”. Com isto, podemos dizer que não passa de um embuste considerar que apenas a geração de empregos com carteira assinada é a única solução para acabar com esse cenário de mazelas sociais, pois perpassa a idéia de que somente assim será alcançada a tão sonhada equidade social. Portanto, em face da quase impossibilidade de se gerar tantos postos de trabalho em curto espaço de tempo, a questão crucial que deve ser levada em consideração é o bem-estar da população em situação de vulnerabilidade social, ou seja, o resgate de sua auto-estima pela promoção do trabalho e da geração de renda, seja através do mercado formal de trabalho, seja por ações empreendedoras onde o ator principal é o próprio trabalhador. Tais ações devem ser buscadas intensamente por parte dos governantes e de setores da sociedade civil organizada.

5. A Incubadora de Empreendimentos Populares

A Incubadora de Empreendimentos Populares (IEP) é uma iniciativa da Prefeitura de Nova Iguaçu para o desenvolvimento econômico da Baixada Fluminense, através do apoio aos micros e pequenos empreendimentos da região. Foi criada a partir da experiência bem sucedida do Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH) e do Instituto Brasil Social (IBS) na gestão da Incubadora Afro Brasileira, tendo o patrocínio da Petrobras, através do programa Petrobras Fome Zero. Sua principal missão é promover soluções inovadoras em desenvolvimento econômico e inclusão social na baixada fluminense.

Os principais objetivos da Incubadora de empreendimentos populares de nova Iguaçu são:

- Apoiar profissionais e empreendedores dos setores de comércio, serviços e indústria dando suporte na gestão do seu plano de negócio e desenvolvendo sua capacidade gerencial.
- Desenvolver ações pedagógicas voltadas à suplantação educacional dos profissionais e empreendedores incubados, promovendo assim a interação do indivíduo com a sociedade;
- Pretende atender 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas, visando a formação de empreendimentos de base familiar, além da possibilidade de eventualmente contemplar a formação de cooperativas populares;
- Promover a incorporação e o aperfeiçoamento do uso da informática como uma ferramenta cotidiana, tanto na esfera pessoal quanto na profissional.

A seleção ocorre em 2 etapas, sendo 225 selecionados na 1ª etapa e mais 225 na 2ª etapa. Atualmente, a IEP está terminando o processo de seleção de empreendedores que participarão da 1ª etapa. Para a 2ª etapa serão realizadas novas inscrições e novo processo de seleção

O número de inscritos no 1º processo seletivo foi de 735 candidatos. Do total de candidatos 532 são mulheres contra 203 homens. De acordo com dados preenchidos na ficha de inscrição dos candidatos, podemos estabelecer um perfil dos mesmos quanto à sua origem étnica, faixa etária, escolaridade, número de dependentes, região onde habita e renda familiar.

Quanto sua origem étnica a maior parte é de pretos e pardos com 494 inscritos, seguidos de 214 brancos; em relação à faixa etária a grande maioria, 480, tem entre 34 e 55 anos; A maior parte dos candidatos pertence à Baixada Fluminense, sendo 246 de Nova Iguaçu. Da renda familiar a maioria obtém proventos de até R\$ 600,00 – 291 ao todo. Para uma melhor

compreensão da configuração geral do perfil dos inscritos está disponível no Anexo 1 uma tabela com todos os dados deste diagnóstico inicial.

O critério de cada seleção se dará em quatro etapas, em cuja primeira, de caráter classificatório, terá como base o diagnóstico de vulnerabilidade social que nada mais é que a mensuração dos itens constantes no questionário de inscrição onde é atribuída uma escala de pontuação (ver Anexo 2). A segunda etapa, de caráter eliminatório, consistirá na realização de uma entrevista com os membros do Núcleo Multidisciplinar com até 600 candidatos classificados na primeira etapa. Na terceira etapa, também eliminatória, será realizada uma dinâmica de grupo com até 500 candidatos selecionados na segunda etapa. A quarta etapa consistirá em uma análise de viabilidade dos negócios, com até 400 empreendedores com maior pontuação na terceira etapa. Finalizada a viabilidade dos negócios, será divulgada a relação com até 225 empreendedores classificados em todas as etapas do processo seletivo.

Serão considerados os perfis dos profissionais e empreendedores com base nas características sócio-econômicas identificadas no Questionário de Inscrição, nos dados colhidos durante a entrevista, no desempenho na dinâmica de grupo e na análise de viabilidade dos negócios.

6. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Nova Iguaçu

Como já foi mencionado e aqui ressaltamos com as palavras de Rocha (2004): “o desenvolvimento das incubadoras de base popular solidária está intimamente ligado à participação das universidades”. “Nesse sentido, GUIMARÃES (*apud* Rocha, 2004) afirma que, no âmbito das universidades, as condições são mais propícias para atender esse tipo de empreendimento, uma vez que impedem ou dificultam a descontinuidade dos projetos, já que prezam a imparcialidade”. Entretanto, recentemente, a ITCP/ COPPE, através do programa de reaplicação de tecnologia social de incubação de cooperativas populares, cujo objetivo é desenvolver ITCPs locais com financiamento da FINEP, vem disponibilizando para alguns municípios (cujas contrapartida é oferecer o espaço físico e equipe local a ser treinada pela COPPE) as ferramentas necessárias para a implantação e consolidação de incubadoras de base popular com a tecnologia da COPPE abrangendo: prospecção comercial; marketing; estabelecimento de planos, métodos e rotinas; implantação de sistemas de informação voltados para a gestão; formação de recursos humanos; treinamento; plano de negócios. Com isso, a Prefeitura de Nova Iguaçu, em parceria com a COPPE, estará implantando a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares de Nova Iguaçu (ITCP). Trata-se de um mecanismo de transferência de conhecimentos que visa a inserção social, econômica e de tecnologia em cooperativa populares. O papel dessa Incubadora não é resolver o problema da pobreza do município, mas integrar várias cooperativas populares com o intuito de aumentar a participação na economia. Em suma, os objetivos da ITCP Nova Iguaçu são:

- Formar cooperativas populares;
- Contribuir na consolidação do cooperativismo autêntico;
- Fortalecer o cooperativismo pela construção de redes de cooperação e comercialização;
- Contribuição para a criação de agentes multiplicadores em cooperativismo popular;
- Transferência de tecnologia de incubagem;
- Contribuir para a formulação e execução de políticas públicas de geração de trabalho e renda que possibilitem a sustentabilidade das ações;

Atualmente está em fase de aprovação o edital de seleção de candidatos, o qual irá contemplar até 10 cooperativas, ou grupos de empreendedores. A seleção será feita nos moldes no proposto pela cooperação técnica entre a SEMDES e a ITCP/ COPPE, baseado no mapa de vulnerabilidade social elaborado pela secretaria. A seleção dos candidatos obecerá aos mesmos critérios elaborados para a implantação da IEP.

7. Expectativas

A utilização de tecnologias sociais como meio de possibilitar a capacitação de trabalhadores como agentes empreendedores locais vem crescendo a cada dia em todo o Brasil. A importância de se fomentar a transferência desse tipo de tecnologia, ou mesmo desenvolver novas soluções, perpassa a idéia de que esta é a única saída para modificar o quadro de risco social em que se encontram determinadas faixas da população. Entretanto, deve-se ressaltar que estas são práticas que não devem substituir a importância da geração de empregos por parte dos governos, mas sim se constituir como uma política pública paralela, nem mais nem menos importante que outras, apenas essencial para o desenvolvimento econômico e social de comunidades que há tempos almejam mudanças em sua qualidade de vida. Portanto, a geração de trabalho por intermédio dos preceitos da Economia Solidária, onde os trabalhadores são os atores principais, se constitui numa excelente oportunidade para os governos de todas as esferas gerarem trabalho e renda para a maioria da população, através de políticas públicas específicas para tal, em conjunto com outras que garantam a sustentabilidade das ações, minimizando assim os índices de desocupados.

Efetivamente, a utilização de espaços destinados ao auxílio de empreendedores e cooperativas populares ainda não consegue alcançar parcela significativa da população, mas a tendência é que se aumente o número de incubadoras, sobretudo as que surgirem por iniciativa dos governos municipais, além é claro daquelas que nascerem do terceiro setor e dentro das universidades, como é feito atualmente. Ainda é cedo para avaliar o impacto dessas ações nos indicadores que são utilizados para medir a inserção de trabalhadores no mercado, porém, com o aumento do número de incubadoras ao longo dos anos poderemos em breve mensurar o processo de incubagem e comparar com os resultados obtidos a partir de dados que permitam monitorar as atividades dos incubados antes, durante e depois de sua entrada na incubadora.

Podemos concluir que a implantação dessas incubadoras no município, contudo, não irá promover a geração de riquezas para uma pequena parcela da população, como no caso das incubadoras de base tecnológica que apóiam empresas, pois o seu caráter é única e exclusivamente social, com foco na Economia Solidária, com promoção do desenvolvimento econômico local pela inclusão social de seus munícipes, através da geração de oportunidades de trabalho e renda àqueles que de alguma forma se encontram em situação de risco social iminente. A potencialidade dessa iniciativa é bastante promissora no que tange a aspectos tanto econômicos, quanto sociais, por parte dos trabalhadores, por isso espera-se que as duas incubadoras obtenham êxito naquilo a que se propõem para que possam, enfim, se constituírem como uma política pública eficaz na luta contra as desigualdades e malogros sociais oriundos da falta de trabalho de grande parcela da população.

Referências

CIDE - FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO. Produto Interno Bruto, em valores totais e per capita, segundo as Regiões de Governo e municípios. In: **Dados Sócioeconômicos**. 2006. Acesso em 11 jul. 2006. Disponível em < <http://sites.internit.com.br/cide/secao.php?secao=3.10>>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Populacional 2000. In: **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. 2006. Acesso em 09 fev. 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Mensal do Emprego – *abril de 2006*. In: **Estatísticas e Indicadores de Trabalho e Emprego**. Acesso em 25 mai. 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas (PNI). 2000. Manual Para a Implantação de Incubadoras de Empresas. Brasília: SEPT/ PNI.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. 2004. Programa de Disseminação de Dados Estatísticos/ FAT/

MTE. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).**

ROCHA, J; FERREIRA, A.. 2004. *Incubadora de Empreendimentos de Economia Popular Solidária: Um Projeto de Geração de Trabalho e Renda em Patos de Minas.*

SOUZA, M. et al. 2003. *Incubadora Tecnológica de Cooperativas (ITCP) x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEBT) – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação.*

ANEXO 1. Candidatos Inscritos no 1º Processo Seletivo da IEP

735 CANDIDATOS

ITENS DE VALORAÇÃO DA FICHA DE INSCRIÇÃO		
01	ORIGEM ÉTNICA	QUANTITATIVO
1.1	Preto e pardo	494
1.2	Indígena	05
1.3	Amarela	05
1.4	Branca	214
1.5	Outra	15
1.6	Não respondeu	02
02	GÊNERO	QUANTITATIVO
2.1	Feminino	532
2.2	Masculino	203
03	FAIXA ETÁRIA	QUANTITATIVO
3.1	De 34 a 55 anos	480
3.2	De 25 a 33 anos	144
3.3	Acima de 55 anos	66
3.4	De 21 a 24 anos	37
3.5	Menor de 21 anos	06
3.6	Não respondeu	02
04	ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO
4.1	Ensino Fundamental (1º grau) incompleto e completo	264
4.2	Ensino Médio (2º grau) incompleto e completo	342
4.3	Ensino Superior (3º grau) incompleto e completo	126
4.4	Não respondeu	03
05	Nº DE DEPENDENTES	QUANTITATIVO
5.1	Quatro ou mais	349
5.2	Três	171
5.3	Um ou dois	214
5.4	Não respondeu	01
06	REGIÃO OU LOCAL DE HABITAÇÃO	QUANTITATIVO
6.1	Angra dos Reis	02
6.2	Belford Roxo	97
6.3	Duque de Caxias	75
6.4	Engenheiro Paulo de Frontin	21
6.5	Itaguaí	11
6.6	Japeri	12
6.7	Mangaratiba	02
6.8	Mesquita	41
6.9	Nilópolis	21
6.10	Nova Iguaçu	246
6.11	Paracambi	10
6.12	Queimados	41
6.13	Rio de Janeiro	100
6.14	São João de Meriti	43
6.15	Seropédica	13
7	RENDA FAMILIAR	QUANTITATIVO
7.1	Até R\$ 600,00	291
7.2	De R\$ 601,00 a R\$ 900,00	156
7.3	De R\$ 901,00 a R\$ 1.200,00	101
7.4	De R\$ 1.201,00 a R\$ 1.800,00	89
7.5	De R\$ 1.801,00 a R\$ 2.500,00	52
7.6	De R\$ 2.501,00 a R\$ 3.500,00	25
7.7	Acima de R\$ 3.501,00	15
7.8	Não respondeu	06

ANEXO 2. Mapa de Vulnerabilidade Social – Critérios de Pontuação

Valoração dos Itens da Ficha de Inscrição Considerados Relevantes		PONTUAÇÃO
1	ORIGEM ÉTNICA	
1.1	Preto	20
1.2	Pardo	20
1.3	Indígena	20
1.4	Amarela	15
1.5	Branca	10
1.6	Outra	01
2	GÊNERO	
2.3	Feminino	25
2.2	Masculino	15
3	FAIXA ETÁRIA	
3.1	De 34 a 55 anos	18
3.2	De 25 a 33 anos	13
3.3	Acima de 55 anos	05
3.4	De 21 a 24 anos	03
4	ESCOLARIDADE	
4.1	Ensino Fundamental (1º Grau) incompleto ou completo	15
4.2	Ensino Médio (2º Grau) incompleto ou completo	10
4.3	Ensino Superior (3º Grau) incompleto ou completo	05
5	No. DE DEPENDENTES	
5.1	Quatro ou mais	15
5.2	Três	10
5.3	Um ou dois	05
6	REGIÃO OU LOCAL DE HABITAÇÃO	
6.1	Renda Média Código A	01
6.2	Renda Média Código B	02
6.3	Renda Média Código C	04
6.4	Renda Média Código D	06
6.5	Renda Média Código E	08
6.6	Renda Média Código F	10
6.7	Renda Média Código G	12
6.8	Renda Média Código H	14
6.9	Renda Média Código I	16
6.10	Renda Média Código J	18
6.11	Renda Média Código L	20
7	RENDA FAMILIAR	
7.1	Até R\$ 600,00	15
7.3	De R\$ 601,00 a R\$ 900,00	10
7.4	De R\$ 901,00 a R\$ 1200,00	08
7.5	De R\$ 1201,00 a R\$ 1800,00	05
7.7	De R\$ 1801,00 a R\$ 2500,00	03
7.8	De R\$ 2501,00 a R\$ 3500,00	02
7.9.3	Acima de R\$ 3501,00	01